

"Moratória impensável"

10 AGO 1933

Sínda Externa

por Cláudia Safatle
de Brasília

A possibilidade de o Brasil decretar uma moratória unilateral "está fora de cogitação", segundo a visão do economista do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann, para quem a ampliação do prazo de carência da dívida externa pode ser negociada após o acordo com o Fundo, embora isso "dependa dos bancos credores", e não da vontade do governo brasileiro.

"Primeiro vamos fechar o acordo entre o Brasil e o Fundo", ponderou Wilfred Beveridge, também da

missão do FMI que negocia com o Brasil. "Após isso, o Brasil faz uma negociação vis-à-vis aos banqueiros internacionais", concluiu.

As impressões dos economistas do FMI, profundos conhecedores das contas externas e internas do País, coincidem com as avaliações que estão sendo feitas por assessores do ministro do Planejamento, Delfim Netto. Há uma crescente convicção de que será necessário ao Brasil fazer uma renegociação mais ampla de sua dívida, mas só depois de assinar o acordo com o Fundo. A única alternativa a esta postura seria uma moratória, cujo custo para o País poderia ser maior do que a recessão implícita no acordo.

Fechado o acordo com o FMI — e parece haver uma boa disposição do Fundo para concluir as negociações, pela importância política do Brasil na América Latina e em face do tamanho da sua dívida —, o governo teria várias alternativas. Conforme declarações de Beveridge, "qualquer solução que se escolher (seja o alargamento do prazo de carência ou mesmo a suspensão temporária dos pagamentos), tem de ser administrada de modo ordeiro e consistente com os interesses da comunidade financeira internacional e dos parceiros comerciais".

A função do acordo com o FMI tem sido evitar a moratória — expressão que causa profundos receios no exterior, assustando os bancos credores e os países que exportam para o Bra-

sil. No entendimento do FMI, moratória é um termo extremamente delicado que deve ser evitado. Mas, a despeito dessa recusa a considerar a moratória como solução — pelo menos a unilateral —, o Fundo concorda em que essa é uma alternativa que está ao alcance de "qualquer país".

Reichmann, indagado sobre a possibilidade de inclusão, no acordo, de um compromisso do governo em não decretar moratória, respondeu: "Nem se fala sobre isso. É um assunto que não foi aventado". O acordo entre o Brasil e o Fundo foi tema, também, da conversa do presidente Aureliano Chaves com um grupo de empresários e banqueiros que estiveram ontem no Palácio do Planalto. Na ocasião, segundo relato do senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, o presidente concordou em que "no trato com o FMI temos de ter o cuidado de resguardar, de evitar, inclusive,

uma destruição ou redução da força industrial do País".

A missão do FMI, que segue para Washington no final da semana, terá hoje a última reunião com os ministros da área econômica, e dentro de três semanas o acordo deverá estar fechado, segundo fonte oficial. Um ponto abordado com cautela pelo FMI é a questão salarial: caso o Decreto-lei nº 2.045 não seja referendado pelo Congresso, isto implicará uma significativa mudança do acordo e a necessidade de uma medida substitutiva, que venha a resultar nos mesmos efeitos.

Durante um debate, ontem à noite, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, os ex-ministros Carlos Rischbieter e Celso Furtado e o empresário Abílio Diniz afirmaram que o governo federal já não tem o controle da política econômica.

(Ver página 3)